# EDITAL

## PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 024/2023

## PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 016920/2023

O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, através da COPEL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, e da Pregoeira, designada pela Portaria Nº 058/2023, torna público, para conhecimento dos interessados que, na data e horário abaixo indicados, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO,** tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** em Sessão Pública Virtual, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, que será regida pela Lei Nº 10.520, de 17/07/2002, Decretos Municipais N° 2413/2006 e 2.356/2005, Lei Complementar Nº 123/06 e pela Lei Municipal Nº 1902/2020 e Lei Nº 8.666, de 21/08/1993, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE DADOS VARIÁVEIS DE DOCUMENTOS COMO: CARNÊS E DAM"S DO IPTU, TFF, ISS AUTÔNOMO, BOLETOS DE TAXA DE LICENÇA PARA EXPOSIÇÃO DA PUBLICIDADE E TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, NOTIFICAÇÕES E ADESIVOS. SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ.**

**Recebimento das Propostas de Preços**: até ás 08:30 horas do dia 22/11/2023.
**Abertura das Propostas:** Às 08:30 horas do dia 22/11/2023.
**Início da Sessão de Disputa de Preços:** Às 09:00 horas do dia 22/11/2023.
**Modo de disputa:** Aberto.
**Local: www.licitacoes-e.com.br.**
**ID nº 1026125**

### 1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE DADOS VARIÁVEIS DE DOCUMENTOS COMO: CARNÊS E DAM"S DO IPTU, TFF, ISS AUTÔNOMO, BOLETOS DE TAXA DE LICENÇA PARA EXPOSIÇÃO DA PUBLICIDADE E TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, NOTIFICAÇÕES E ADESIVOS. SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ.**

Integram este Edital, independente de transcrição, os seguintes anexos:

**a)** Anexo I – Termo de Referência.
**b)** Anexo II - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação;
**c)** Anexo III – Modelo de Declaração de Inexistência, em seu Quadro de Pessoal, de Empregado nos termos do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal e Lei Nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto Nº4358/02;
**d)** Anexo IV – Carta de Convocação para Assinatura do Contrato;
**e)** Anexo V – Planilha Discriminativa;
**f)** Anexo VI – Minuta de Contrato
**g)** Anexo VII – Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento;
**h)** Anexo VIII – Modelo Apresentação de Impugnação ou recurso.

### 2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**2.1.** A Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas utilizará o Portal do **Pregão Eletrônico do Banco do Brasil S/A,** para a realização desta Licitação, conforme Convênio de Cooperação Técnica;

**2.2.** Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira designada pela Portaria Nº 058/2023, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o site: **www.licitacoes-e.com.br;**

**2.3.** Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o horário de Brasília (DF) e, dessa forma, serão registradas no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao Certame.

**3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**3.1.** Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

3.1.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de Habilitação e Proposta de Preços sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital;

**3.2.** Poderão participar deste **Pregão Eletrônico** quaisquer licitantes que:

**a)** Detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

**b)** Atendam os requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Edital;

**c)** Comprovem possuir os documentos de Habilitação requeridos no Item 10 – **Documentação de Habilitação.**

**3.2.1. Será admitida a participação de consórcios, atendidas as condições previstas no Art. 33 da Lei nº. 8.666 de 21/06/1993, e aquelas estabelecidas neste Edital, da forma a seguir.**

**a)** Em se tratando de consórcio, as participações de empresas ficam condicionadas, além das exigências contidas neste EDITAL, ao atendimento dos seguintes requisitos:

**a.1)** Apresentação de instrumento prévio de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, registrado nos órgãos competentes, que não deverá revelar dado contido nas PROPOSTAS COMERCIAIS, do qual constem em cláusulas próprias:

**a.2)** Denominação do consórcio;

**a.3)** Composição do consórcio e indicação da empresa líder,à qual serão conferidos amplos poderes para representar os consorciados, ativa e passivamente, em todos os atos necessários durante a LICITAÇÃO, podendo, inclusive, assumir obrigações perante a Administração Pública, que, na hipótese de consórcio entre empresas nacionais e estrangeiras, será sempre empresa nacional.

**a.4)** Compromissos e obrigações dos consorciados, entre si e em relação ao objeto da LICITAÇÃO, com a especificação, inclusive, se for o caso, da divisão das atividades relacionadas à prestação dos serviços entre as empresas consorciadas;

**a.5)** Compromisso expresso de responsabilidade solidária dos consorciados pelos atos praticados sob consórcio na fase de LICITAÇÃO e durante a execução do CONTRATO, bem como pelos encargos fiscais e administrativos referentes ao objeto do contrato até o seu recebimento definitivo;

**a.6)** Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou sob qualquer forma modificada, desde a entrega da DOCUMENTAÇÃO até a assinatura do CONTRATO e daí por diante, exceto com autorização prévia e expressa do MUNICÍPIO de competência exclusiva do titular da Secretaria Municipal Requisitante, desde que mantidas as condições de garantia constantes do edital e do contrato.

**3.2.2.** A inabilitação ou desclassificação de qualquer consorciada acarretará, automaticamente, a inabilitação ou desclassificação do consórcio.

**3.2.3.** Os documentos de todas as consorciadas deverão ser apresentados de acordo com o previsto neste Edital.

**3.2.4. A empresa consorciada fica impedida de participar de outro consórcio ou de oferecer proposta isoladamente nesta LICITAÇÃO.**

**3.2.5.** O instrumento de consórcio não deverá revelar dados contidos na proposta, ainda sigilosos.

**3.2.6. A empresa líder deverá ter amplos poderes para representar os consorciados no procedimento licitatório e no contrato, receber, dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;**

**3.2.7. Todos os licitantes do consórcio deverão demonstrar experiência anterior nas atividades exigidas para a comprovação de capacidade técnica, admitindo-se o somatório dos quantitativos de cada consorciado, observadas as**

**regras constantes do EDITAL e nos termos do artigo 33 da Lei nº8.666/93.**

**3.3. As empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica**.

## 4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

**4.1.** O Certame será conduzido pela Pregoeira, que terá as seguintes atribuições:

**a)** Coordenar os trabalhos da Equipe de Apoio;

**b)** Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao Certame;

**c)** Abrir asPropostas;

**d)** Analisar a aceitabilidade das Propostas;

**e)** Desclassificar Propostas, indicando os motivos;

**f)** Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da Proposta do lance de Menor Preço;

**g)** Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

**h)** Declarar o vencedor;

**i)** Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos.

## 5. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

**5.1.** Nos casos de microempresa deverão ser apresentados documento emitido pela Junta Comercial comprovando o regime diferenciado;

**5.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**5.3.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 5.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

## 6. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL S/A

**6.1.** Para acesso ao Sistema Eletrônico, os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtida junto às Agências do Banco do Brasil S/A, sediadas no País;

***6.2.*** As Pessoas Jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo-lhes poderes para formular lances de preços e participar de todos os demais atos e operações no Sistema Eletrônico *licitações-e;*

**6.3.** Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

**6.4.** A chave para identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S/A, devidamente justificado;

**6.5.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por sua representante, não cabendo a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas ou ao Banco do Brasil S/A a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

**6.6.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico;

**6.7.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos;

**6.7.1.** A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site **www.licitacoes-e.com.br,** opção "*Acesso identificado";*

**6.8.** Caberá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, durante a Sessão Pública Virtual do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema Eletrônico ou de sua desconexão.

## 7. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

**7.1.** No julgamento das Propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

## 8. ENVIO DAS PROPOSTA DE PREÇOS

**8.1.** O encaminhamento da Proposta de Preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e seus anexos. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances;

**8.2.** Ao oferecer sua proposta no Sistema Eletrônico, o licitante deverá preencher, obrigatoriamente, o campo CONDIÇÕES DO PROPONENTE, com as seguintes informações:

**a)** Especificação completa dos bens/serviços, atendendo a todas as exigências discriminadas na Planilha Discriminativa, com a descrição precisa do que pretende ofertar;

**b)** Preço (s) proposto (s) para o (s) lotes (s) ofertado(s), expresso (s) em real (is), junto ao (s) qual (is) considerar-se-ão inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes e encargos de qualquer natureza);

**c)** As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data de apresentação das mesmas em Sessão Pública. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias.

**8.3.** Até a abertura da Sessão Pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

## 9. PRAZO DE VIGÊNCIA

**9.1.** O Prazo de vigência do Contrato será de 12 meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, conforme § 1º do Art. 57 da Lei Federal n°8.666/93.

## *10. DOS DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO*

### 10.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

**a)** Ato Constitutivo, Estatuto Social publicado de acordo com a Lei Federal N° 6.404/76 ou Contrato Social em vigor e Alterações, devidamente registrado e Consolidado, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de Documentos de eleição de seus administradores;

**b)**Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
**c)**Cédula de Identidade do representante da empresa;

**d)**Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**e)**Registro Comercial, no caso de Empresa Individual.

***10.2 DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:***

**a)** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

**b)** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**c)** CND/Receita Federal, Fazenda Nacional e INSS (Certidão Negativa de Débito ou Positiva com Efeito de Negativa com a Receita Federal e a Fazenda Nacional), inclusive quanto a Contribuições Previdenciárias e de Terceiros (INSS);

**d)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede da empresa;

**e)** Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Estaduais;

**f)** Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

**g)** Prova de Regularidade junto a Justiça do Trabalho (CNDT) – Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da CLT;

**h) As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de Regularidade Fiscal e trabalhista, <u>mesmo que esta apresente alguma restrição</u>, aplicando-se os termos do item 5 deste Edital;**

***10.3 DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA***

**10.3.1** Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial (**neste último caso com a ressalva do subitem 3.3**), expedida pelo distribuidor da Sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, conforme o caso. A data de expedição da certidão deverá ser de até 30 (trinta) dias antes da data de entrega do envelope de Habilitação;
**10.3.2** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei (com indicação do N° do Livro Diário, número de Registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos) que comprovem a boa situação financeira da empresa. Os mesmos deverão estar assinados pelo Contabilista (registrado no Conselho Regional de Contabilidade) e pelo Titular ou Representante legal da empresa.

***10.4DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA***

**10.4.1.**Após etapa de lances a empresa licitante vencedora deverá realizar a comprovação técnica para execução do contrato.
**10.4.2** Para a comprovação da qualificação técnica serão exigidos os seguintes documentos da LICITANTE vencedora:
**10.4.2.1** Apresentar atestado (s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprova (m) a execução de serviços técnicos objeto do presente processo licitatório, através da certificação de cumprimento de contrato que envolva objeto idêntico ou similar ao licitado.
**10.4.2.2** O (s) atestado (s) deverá (ao) conter a identificação do órgão ou empresa emitente com nome ou razão social, endereço, nome da pessoa responsável e função no órgão ou empresa, telefone e e-mail para contato.

**10.4.2.3** O(s) atestado(s) ou documento(s) poderá (ão) ser objeto de diligências a fim de esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao seu conteúdo, tipificação dos serviços executados, inclusive com verificação dos respectivos expedientes que lhe deram origem, visitas ao local, etc.

**10.5 OUTROS DOCUMENTOS**

**10.5.1** Declaração, sob as penalidades cabíveis, de existência de fato superveniente impeditivo de Habilitação, fornecida pela empresa e devidamente assinada pelo sócio, dirigente, proprietário ou procurador – Anexo II;

**10.5.2** Declaração de cumprimento do Art. 7º, Inciso XXXIII da Constituição Federal e na Lei Nº 9.854/99,regulamentada pelo Decreto Nº 4.358/02, fornecida pela empresa e devidamente assinada pelo sócio, dirigente, proprietário ou procurador - Anexo III;

**10.5.3** Declaração de conhecimento das condições para prestação do serviço objeto do certame – Anexo VII.

**10.5.4** A Pregoeira poderá, eventualmente, consultar a Base de Dados dos Órgãos expedidores da documentação obrigatória mencionada no item 10;

**10.5.5** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, a Pregoeira inabilitará o licitante;

**10.5.6 Também será Inabilitado o licitante:**

**a)** Que não atender às condições deste Edital;

**b)** Contra o qual venha a restar comprovado, ainda que posteriormente à fase de Habilitação, fato com ela relacionado e que enseje Inabilitação.

**11 <u>DA SESSÃO DO PREGÃO PÚBLICA ELETRÔNICO</u>**

**11.1.** A partir do horário previsto no Edital terá início à Sessão Pública Virtual do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando a Pregoeira a avaliar a aceitabilidade das mesmas;

**11.1.1.** A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital;

**11.1.2.** A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

**11.2.** Aberta a etapa competitiva, os licitantes que tiverem suas propostas classificadas deverão estar conectados ao sistema para participar da Sessão Pública de lances. A cada lance ofertado, o licitante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

**11.2.1. O licitante somente poderá oferecer lance por meio eletrônico e que seja inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;**

**11.2.2**. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

**11.3.** Durante a Sessão Pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante;

**11.4.** A etapa de lances da Sessão Pública será encerrada por decisão da Pregoeira. O Sistema Eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

**11.5.** Após o encerramento da etapa de lances, a Pregoeira poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não sendo admitida negociação de condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

**11.6.** Os documentos relativos a todos dos itens 10 deste Edital, deverão ser encaminhando do original ou cópia autenticada, no prazo de **03 (três) dias úteis**, para o seguinte endereço:

**A Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas**

**Praça João Thiago dos Santos – S/N - Centro**

**Lauro de Freitas (BA) CEP: 42.702.710**

**Att.: Pregão Eletrônico – Nº 000/2023**

**11.7.** Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta subseqüente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital;

**11.8.** Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas no Edital, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo GLOBAL do Pregão Eletrônico;

**11.9.** A adjudicação realizar-se-á na própria Ata de reunião e obedecerá a estrita ordem de classificação;

**11.10.** O proponente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar o detalhamento de sua proposta e as documentações, no prazo máximo de 03 (três) dias, a contar do encerramento da Sessão Pública Virtual, para o endereço mencionado no item 10.6;

**11.10.1.** O detalhamento da proposta, nos termos do item 8, com os valores readequados de acordo com os lances, se for o caso, será apresentada com a assinatura do licitante, sem rasuras, emendas ou entrelinhas e, ainda, com as seguintes informações:

**a)** A razão Social do licitante, o CNPJ, número(s) de telefone(s) e de FAX e, se houver, *e-mail*, e o respectivo endereço, bem como a indicação do Banco, Agência e número da Conta Corrente;

**b)** A descrição completa do(s) bem(ns) ofertado(s);

**c)** Preço(s) unitário(s) propostos para o(s) bem(ns) ofertado(s), com preços que não poderão ser superiores aos valores de referência da Administração, já devidamente corrigido após o encerramento dos lances;

**d)** Prazo de entrega conforme TERMO DE REFERÊNCIA;

**e)** Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias.

**11.11**. No caso de desconexão da Pregoeira, no decorrer da etapa de lances, se o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

**11.12** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será SUSPENSA e terá reinicio somente após expressa comunicação da Pregoeira aos licitantes.

## 12. ESCLARECIMENTO / IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

**12.1.** As razões dos pedidos de esclarecimentos ou impugnações ao processo licitatório deverão ser enviadas à Pregoeira, até 02 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do endereço de e-mail: **copel2017@yahoo.com.**

**12.1.1.** Para apresentar impugnação o licitante **OBRIGATORIAMENTE** precisa preencher e apresentar, **juntamente com o pedido**, nos termos indicados acima, o **documento Apresentação de Impugnação contido no modelo do Anexo VIII deste Edital**, para que haja o controle viaprotocolo por parte da Administração.

**12.2.** Até 02 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Pública qualquer pessoa poderá impugnar o presente ato convocatório, **na forma estabelecida no subitem 12.1;**

**12.3**. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá a Pregoeira, auxiliada pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 dias;

**12.4**. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do Certame;

**12.5**. Aos Licitantes que apresentarem questionamentos em forma de Impugnação, para obter o retardamento do certame licitatório, aplicar-se-ão as penalidades previstas no Art. 7º da Lei Nº 10.520/2002.

**12.6.** Todo e qualquer pedido de esclarecimento ou impugnação **enviados após o prazo legal indicado neste Edital ou após o horário de funcionamento da COPEL, expediente diário das 8 às 14 horas, não serão conhecidos, ocorrendo normalmente a sessão previamente agendada.**

**12.7**. A data e hora a serem utilizadas para fins deste item serão as indicadas quando do recebimento do email.

## 13. DOS RECURSOS

**13.1**. Ao final da Sessão Pública Virtual, qualquer licitante poderá, exclusivamente pelo Sistema Eletrônico, manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer. Essa manifestação se fará com o registro da síntese de suas razões, hipótese em que lhe será concedido o prazo de **03 (três)** dias para apresentação das razões do **RECURSO**, **juntamente com o documento de Apresentação de Recurso contido no Anexo VIII deste Edital**, por meio eletrônico através do endereço de e-mail: **copel2017@yahoo.com,** ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

**13.2**. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção do licitante em recorrer importará a decadência do direito de recurso e a Pregoeira adjudicará o objeto do Certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora (s), sendo submetido o presente procedimento a Prefeita para Homologação;

**13.3**. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), em regra, terá(ão) efeito suspensivo e será (ão) dirigido (s) à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade;

**13.4**. Decididos os recursos, a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/ Bahia, fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor e encaminhará a autoridade competente que homologará o procedimento licitatório;

**13.5**. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.6.** Todo e qualquer recurso **enviado após o prazo legal indicado neste Edital ou após o horário de funcionamento da COPEL (expediente diário das 8 às 14 horas) não será conhecido.**

**13.7**. A data e hora a serem utilizadas para fins deste item serão as indicadas quando do recebimento do email.

## 14. DA DESPESA

**14.1** Fonte de Recurso: 00- Tesouro

## 15. DO PAGAMENTO

**15.1**. O pagamento será efetuado mensalmente por Nota de Empenho, de acordo com as quantidades fornecidas e devidamente atestadas, emissão de Nota Fiscal e apresentação da prova de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, prova de Regularidade relativa à Seguridade (INSS), na forma exigida pela Constituição Federal, art 195, §3º e Prova de Regularidade relativa ao FGTS emitida pela CEF, bem como apresentar prova de inexistência de débitos, inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

**15.2.** O pagamento será efetuado em moeda nacional corrente, por meio de ordem bancária, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contado a partir da emissão de nota fiscal ou boleto bancário;

**15.3.** A nota fiscal / boleto bancário deve estar preenchido com a descrição detalhada dos itens do objeto, o número da nota de empenho e os dados bancários da contratada;

**15.4.** Junto com a nota fiscal / boleto bancário, deverá apresentar a comprovação de regularidade junto ao Sistema de Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada e da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

**15.5.** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a PMLF por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

**15.6.** Serão efetuadas as retenções na Fonte dos impostos, conforme Legislação vigente;

**15.7.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

**15.8.** Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da Contratada, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

**15.9**O preço total e o preço unitário, equivalentes ao valor de mercado, deverão ser expressos em reais, com duas casas decimais, sendo disponibilizado em forma de Proposta de Preço, na data constante em Edital.

## 16. DO ADITAMENTO

**16.1**O Contrato proveniente deste Edital poderá ser aditado ou prorrogado, desde que dentro das determinações e limitações da Lei 8.666/93, aplicável às contratações da Administração Pública, inclusive quanto aos prazos para a execução contratual.

## 17. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

**17.1** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;

**17.2** A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato;

**17.3** Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato;

**17.4** No caso de desfazimento de processo licitatório, fica assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

## 18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**18.1** Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Pregão Eletrônico;

**18.2** Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

**18.3** O resultado desta licitação será comunicado aos licitantes, no mesmo dia do julgamento, ou, caso contrário, publicado

na Imprensa Oficial;

**18.4** O objeto deste Edital poderá sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), de conformidade com o Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93, sendo que as supressões poderão exceder este percentual, caso haja acordo entre as partes, conforme preconiza o § 2º, II, do referido Artigo;

**18.5** Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital, prevalecerá a redação do instrumentoconvocatório;

**18.6** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Sessão Pública Virtual deste Pregão constarão em Ata divulgada no Sistema Eletrônico;

**18.7** Os litígios decorrentes deste procedimento licitatório serão dirimidos no foro do Município de Lauro de Freitas/BA.

Lauro de Freitas, 01 de Novembro de 2023.

Fernanda Borges Soares
**Pregoeira**

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

**Setor/Unidade requisitante**: SEFAZ.

**Objeto**: Contratação de empresa para impressão de dados variáveis de documentos como: carnês e DAM"s do IPTU, TFF, ISS autônomo, Boletos de Taxa de Licença para Exposição da Publicidade e Taxa de Vigilância Sanitária, Notificações e adesivos.

**Fundamentação legal:** Lei. 8.666/93, Lei 10.024/2019 e na Lei Municipal nº 1.902/2020.

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DA JUSTIFICATIVA DE AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

O presente termo tem por objetivo apresentar a necessidade da Coordenação Tributária no que concerne a contratação através de "Pregão eletrônico menor preço global" , de empresa especializada na execução de serviços gráficos, com as seguintes destinações: confecção dos carnês dos Tributos Municipais e DAM's, por lançamento, das pessoas físicas e/ou jurídicas, referente aos exercícios de 2023 e 2024, assim como, impressões dos documentos fiscais e cobranças dos débitos concernentes aos lançamentos dos tributos e adesivos com número métrico, a fim de atender as demandas da Secretaria da Fazenda do Município de Lauro de Freitas-

Cabe a Secretaria da Fazenda formular e aplicar procedimentos para o aumento da arrecadação, bem como o combate à evasão e à sonegação do Fisco Municipal, em cumprimento ao que dispõe o art. 13, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em que pesem os esforços realizados pela SEFAZ, com intuito de estimular a recuperação do passivo tributário, é que desenvolvemos mecanismos que permitam a continuidade dos trabalhos, ora realizados, existindo assim, necessidades de contratação de empresa especializada em prestação de serviços gráficos, para confecção e impressão dos carnes/DAM's concernentes aos lançamentos dos tributos municipais das seguintes naturezas: IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORAL; TFF – TAXA DE FISCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO; ISS AUTÔNOMO – IMPOSTO SOBRE SERVIÇO AUTÔNOMO, TLP- TAXA DE LICENÇA PARA EXPOSIÇÃO DA PUBLICIDADE; TVS- TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, ALÉM DE IMPRESSÃO DE NOTIFICAÇÕES E ADESIVOS.

### 2. DO OBJETO E SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS

Deverão ser prestados os serviços de impressão de dados variáveis de:

- 110.000 (cento e dez mil) - carnês do IPTU;
- 9.000 (nove mil) – ISS autônomo;
- 19.000 (dezenove mil) – TFF;
- 55.000 (cinquenta e cinco mil) - Notificações

- 15.000 (quinze mil) – DAM proporcional IPTU;
- 1.000 (um mil) – DAM proporcional TFF;
- 200 (duzentos) - DAM proporcional ISS Autônomo;
- 10.000 (dez mil) – Adesivo com número métrico em Vinil;
- 1.500 (um mil e quinhentos) – Boleto de Taxa de Licença para exposição da publicidade;
- 1.500 (um mil e quinhentos) – Boleto de Taxa de Vigilância Sanitária.

A empresa contratada deverá assegurar que os impressos seguiram aos padrões estabelecidos, com as seguintes características:

| Item | Descrição | Quantidade | Prazo de entrega |
|---|---|---|---|
| IPTU | Carnê em formato talão de cheque, tamanho 21x7,5cm, capa e contra capa e, papel couchê 115g, 4x4 cores; 14 lâminas internas em papel Branco, Alta alvura, 75g (dados cadastrais, atualização de endereço, cota única e dez cotas), com código de barras e QR code PIX | 110.000 unidades | 05 dias úteis |
| ISS AUTÔNOMO | Carnê em formato talão de cheque, tamanho 21x7,5cm, | 9.000 unidades | 02 dias úteis |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | capa e contra capa e, papel couchê 115g, 4x4 cores; 09 lâminas internas em papel Branco, Alta alvura, 75g (dados cadastrais, atualização de endereço, cota única e cotas), com código de barras e QR code PIX | | |
| TFF | Carnê em formato talão de cheque, tamanho 21x7,5cm, capa e contra capa e, papel couchê 115g, 4x4 cores; 10 lâminas internas em papel Branco, Alta alvura, 75g (dados cadastrais, atualização de endereço, cota única e cotas), com código de barras e QR code PIX | 19.000 unidades | 05 dias úteis |
| NOTIFICAÇÕES | Papel A5, 90g, 4x4 cores, cola e serrilha nas | 55.000 unidades | 02 dias úteis |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | laterais para fechamento, com código de barras e QR code PIX | | |
| DAM PROPORCIONAL IPTU | Papel A4, 90g, 4x4, cores, cola e serrilha nas laterais para fechamento, com código de barras e QR code PIX | 15.000 unidades | 02 dias úteis |
| DAM PROPORCIONAL TFF | Papel A4, 90g, 4x4 cores, cola e serrilha nas laterais para fechamento, com código de barras e QR code PIX | 1.000 unidades | 02 dias úteis |
| DAM PROPORCIONAL ISS AUTÔNOMO | Papel A4, 90g, 4x4, cores, cola e serrilha nas laterais para fechamento, com código de barras e QR code PIX | 200 unidades | 02 dias úteis |
| ADESIVO COM NÚMERO MÉTRICO | Vinil monométrico XT 500 promo, 100g; corte individualizado; impressão UV, impressão | 10.000 unidades | 02 dias úteis |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | colorida, tamanho 12cmx21cm | | |
| BOLETO DE TAXA DE LIÇENÇA PARA EXPOSIÇÃO DA PUBLICIDADE | Papel A4, 90g, 4x4 cores, cola e serrilha nas laterais para fechamento, com código de barras e QR code PIX | 1.500 unidades | 02 dias úteis |
| BOLETO DE TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA | Papel A4, 90g, 4x4 cores, cola e serrilha nas laterais para fechamento, com código de barras e QR code PIX | 1.500 unidades | 02 dias úteis |

Poderá a CONTRATANTE fornecer os dados variáveis para impressão, onde a licitantes tenha que efetuar ordenação por quatro critérios distintos, sendo estes definidos pela CONTRATANTE. Nesse caso, a CONTRATADA deverá confeccionar o formulário com os dados fixos, onde o modelo lhe será fornecido pela CONTRATANTE com, no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, antes de a CONTRATANTE enviar os dados variáveis. A CONTRATADA poderá precisar criar tabelas auxiliares para atender os critérios de ordenação.

O arquivo para impressão será catalogado por logradouro e separado em lotes, que serão enviados em formato digital para a empresa vencedora do certame. A empresa vencedora deverá entrega os impressos em lotes de acordo com o arquivo recebido, no prazo de entrega constante da tabela supra.

As remessas poderão ser mensais de acordo com a necessidade da Prefeitura de Lauro de Freitas, todavia o item referente a impressão dos carnês de IPTU e os boletos poderão ser solicitados de forma parcial ou de uma única vez, a critério da CONTRATANTE e os itens referentes a impressão de notificações e DAM's proporcionais deverão ser solicitados de forma semanal.

**3. DAS AMOSTRAS**

A empresa arrematante deverá apresentar 01(uma) amostra de cada item, no prazo máximo de 03(três) dias úteis, contados a partir da notificação encaminhada pelo Pregoeiro através do sistema licitações-e do Banco do Brasil,

para os itens que possuem dados variáveis, quais sejam IPTU, TFF e ISS, Boletos de TLP e TVS, notificação e adesivos. O não encaminhamento das amostras caracterizam desistência.

As amostras deverão serem confeccionadas de acordo com as especificações contidas no descritivo do Tópico 2 - **OBJETO E SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS.**

A identificação da amostra é de inteira responsabilidade do licitante, que deverá conter a sua descrição, ser embalada e devidamente identificada, com o nome da empresa e número do pregão.

A amostra apresentada poderá ser aberta, manuseadas, receber cortes, secções, vincos, sendo devolvido às licitantes no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica, sem ônus para a Administração.
Após a entrega da amostra não serão aceitas eventuais complementações, ajustes, modificações ou substituições no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação constante do Edital.

A análise e validação da amostra será realizada pela Secretaria Municipal da Fazenda, a qual deverá verificar se foram rigorosamente atendidas as especificações técnicas contidas no Edital e seus anexos.

A empresa que apresentar amostra que não atenda as especificações técnicas do Termo de Referência será desclassificada e será convocado o licitante seguinte da ordem de classificação.

**4. DA CONTRATAÇÃO**

Será firmado Contrato, o qual terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, dentro do limite legal, visando melhores condições para a administração pública, se, na forma do art.57, II.

A empresa deverá comparecer no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para assinatura do Contrato. Decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, observado o disposto no §1º do art. 64 da Lei 8.666/93, e não tendo a empresa comparecido, perderá o direito à contratação e estará sujeita às penalidades previstas.

A CONTRATADA está obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões determinadas pelo CONTRATANTE até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, na forma do art. 65, §1º da Lei. 8.666/93.

Qualquer entendimento relevante entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA será formalizada por escrito e também integrará o Contrato.

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 7º e seguintes da Lei 8.666/93.

**5. DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado mensalmente por Nota de Empenho, de acordo com as quantidades fornecidas e devidamente atestadas, emissão de Nota Fiscal e apresentação da prova de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, prova de Regularidade relativa à Seguridade (INSS), na forma exigida pela Constituição Federal, art 195, §3º e Prova de Regularidade relativa ao FGTS emitida pela CEF, bem como apresentar prova de inexistência de débitos, inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa

Dotação orçamentária:

0700 - Sefaz
2. 137 – Manutenção dos Serviços Financeiros Fiscal e Tributário
3390.39 – Pessoa Jurídica
00- Tesouro

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal

**6. DEVERES DA CONTRATADA**

São obrigações da Contratada:

I. Efetuar a prestação do serviço licitado conforme especificação e em consonância com a proposta de preços;
II. Manter, durante o contrato toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
III. A empresa contratada deverá observar impreterivelmente os prazos de execução dos serviços;
IV. Assegurar à CONTRATANTE o direito de fiscaliza, sustar, recusar e mandar refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, sem ônus para a CONTRATANTE, ficando certo que em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades;
V. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato, bem como responder por todas as demais despesas inerentes aos serviços contratados;
VI. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;
VII. Arcar om eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
VIII. Não subcontratar, em nenhuma hipótese, o objeto contido neste edital;
IX. Efetuar a entrega em lotes, consoante solicitação da CONTRATANTE;
X. Entregar o material no Banco de Serviços órgão pertencente à Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Lauro de Freitas ou em local indicado pela CONTRATANTE;
XI. Tratar como confidenciais, todas as informações obtidas durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob hipótese nenhuma, torná-los públicos, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

**6. DEVERES DA CONTRATANTE**

São obrigações da Contratante, além das previstas legalmente:

I- prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela a empresa Contratada;
II- acompanhar e aprovar, antes da impressão do material, os moldes dos itens solicitados
III- repassar, através de endereço eletrônico, indicado pela Contratada, solicitações e orientações, concernentes aos carnes objeto da licitação;
IV- efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o estabelecido no Contrato.

**7. SANÇÕES E PENALIDADES**

A inexecução total ou parcial dos serviços ensejará a rescisão contratual ou ajuste celebrado.

Qualquer circunstância de rescisão contratual deverá ser formalmente motivada, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

**8. DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES**

A CONTRATADA se responsabilizará pelo sigilo de documentos entregues aos seus cuidados para a impressão e/ou envelopamento.
A CONTRATADA e todos os funcionários envolvidos no processo de execução das atividades deverão manter sigilo absoluto sobre quaisquer informações da Secretaria Municipal da Fazenda.

**9. Procedimentos de Fiscalização e Gerenciamento do Contrato**

Ao final de cada mês, será apurado o montante de impressões e/ou envelopamentos que servirá para faturamento do valor dos serviços prestados

O gerenciamento do contrato será feito pelo servidor Igor Nilo de Santana – Matricula: 66609

A fiscalização do contrato será feita pelo servidor Edison Francisco Rocha Junior- Matricula: 049109-0

**ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado da licitante)*

..... (nome da empresa), inscrita (o) no CNPJ sob o Nº ....., com sede ..... (endereço completo), interessada(o) em participar do Edital de **Pregão Eletrônico – Nº 000/2023,** instaurado pela Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, declara, sob as penas da Lei, que não existe fato impeditivo para a contratação desta referida empresa junto à Administração Pública e que a mesma se obriga a comunicar a superveniência do mesmo, caso ocorra.

_____

**NOME E ASSINATURA DO DECLARANTE**

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado da licitante)*

_____(nome da empresa), inscrito no CNPJ Nº_____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr(a)_____, portador (a) da Carteira de Identidade Nº_____e do CPFNº____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Lauro de Freitas,_____de_____de_____.

_____

**(REPRESENTANTE LEGAL)**

**ANEXO IV - CARTA DE CONVOCAÇÃO**

**Á**

**EMPRESA VENCEDORA**

Pelo presente, convidamos o representante legal dessa empresa para, após o recebimento desta convocação, comparecer a Procuradoria Geral do Município, para assinatura do Contrato referente ao **Pregão Eletrônico – Nº 000/2023.**

Atenciosamente,

**ANEXO V - PLANILHA DISCRIMINATIVA**

*(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado da licitante)*

| Descrição da Despesa Solicitada | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Item** | **Detalhamento** | **Quantidade** | ***Valor. Unitário** | **Valor Total** |
| **1** | **IPTU** - Carnê em formato talão de cheque, tamanho 21x7,5cm, capa e contra capa e, papel couchê 115g, 4x4 cores; 14 lâminas internas em papel Branco, Alta alvura, 75g (dados cadastrais, atualização de endereço, cota única e dez cotas) | 110.000 | R$ 1,18 | R$ 129.800,00 |
| **2** | **ISS AUTÔNOMO -** Papel A4, 90g, 4x4 cores, cola e serrilha nas laterais para fechamento | 9.000 | R$ 1,01 | R$ 9.090,00 |
| **3** | **TFF -** Papel A4, 90g, 4x4 cores, cola e serrilha nas laterais para fechamento | 19.000 | R$ 0,92 | R$ 17.480,00 |
| **4** | **NOTICAÇÕES -** Papel A4, 90g, 4x4 cores, cola e serrilha nas laterais para fechamento | 55.000 | R$ 0,34 | R$ 18.700,00 |
| **5** | **DAM PROPORCIONAL IPTU** - Papel A4, 90g, 4x4 cores, cola e serrilha nas laterais para fechamento | 15.000 | R$ 039 | R$ 5.850,00 |
| **6** | **DAM PROPORCIONAL TFF** Papel A4, 90g, 4x4 cores, cola e serrilha nas laterais para fechamento | 1.000 | R$ 0,47 | R$ 470,00 |
| **7** | **DAM PROPORCIONAL ISS AUTONOMO** Papel A4, 90g, 4x4 cores, cola e serrilha nas laterais para fechamento | 200 | R$ 1,00 | R$ 200,00 |
| **8** | **ADESIVO-** Vinil monométrico XT 500 promo, 100g; corte individualizado; impressão UV, impressão colorida, tamanho 12cmx21cm | 10.000 | R$ 3,06 | R$ 30.600,00 |
| **9** | **BOLETO DE TAXA PUBLI.-**Papel A4, 90g, 4x4 cores, cola e serrilha nas laterais para fechamento | 1.500 | R$ 0,52 | R$ 780,00 |
| **10** | **BOLETO DE TAXA VISA-** Papel A4, 90g, 4x4 cores, cola e serrilha nas laterais para fechamento | 1.500 | R$ 0,52 | R$ 780,00 |
| **TOTAL:** | | | | **R$ 213.750,00** |

A licitante **DECLARA**, que acatará o pagamento da Administração conforme Edital, ao tempo que indica os dados bancários da licitante:

| | | |
|---|---|---|
| **BANCO.....** | **AGÊNCIA.....** | **Nº DACONTA.....** |

(local, data)

_____

Representante Legal (Assinatura e identificação do responsável pela empresa)
Carimbo da Empresa

**ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO**

**O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS**, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 13.927.819/0001-40, com sede na Praça João Thiago dos Santos, s/n, Centro, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representada pela sua Prefeita Municipal – Srª Moema Isabel Passos Gramacho,e a empresa_____, inscrita no CNPJ/MF, sob o Nº_____, com sede_____, neste ato representado na forma dos seus estatutos sociais, doravante denominada CONTRATADA, perante as testemunhas abaixo firmadas, celebram o presente Contrato, mediante as clausulas e condições a seguirenunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE DADOS VARIÁVEIS DE DOCUMENTOS COMO: CARNÊS E DAM"S DO IPTU, TFF, ISS AUTÔNOMO, BOLETOS DE TAXA DE LICENÇA PARA EXPOSIÇÃO DA PUBLICIDADE E TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, NOTIFICAÇÕES E ADESIVOS. SETOR REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA – SEFAZ.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**2.1.** A fundamentação legal do presente Certame é a Lei 10.520/02, Decreto 10.024/2019 e, subsidiariamente, pela Lei Nº 8.666, de 21/06/1993.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

**3.1.** Integram e complementam este termo de Contrato, no que não o contraria, ato convocatório, a Proposta da CONTRATADA e demais documentos integrantes e constitutivos do procedimento licitatório, **Pregão Eletrônico Nº 000/2023**, constante no Processo Administrativo de **Nº 16920/2023.**

**CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E EXECUÇÃO DO OBJETO**

**4.1.** O procedimento licitatório deverá ocorrer por Pregão eletrônico, para fins de contratação**.** A contratação, com vigência de 12 (doze) meses, de empresa especializada em impressão de carnês e DAM'S do IPTU, TFF, ISS autônomo, Boletos de Taxa de Licença para Exposição da Publicidade e Taxa de Vigilância Sanitária, Notificação e adesivos, pelo período de doze meses com

**4.2** Poderá a CONTRATANTE fornecer os dados variáveis para impressão, onde a licitantes tenha que efetuar ordenação por quatro critérios distintos, sendo estes definidos pela CONTRATANTE. Nesse caso, a CONTRATADA deverá confeccionar o formulário com os dados fixos, onde o modelo lhe será fornecido pela CONTRATANTE com, no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, antes de a CONTRATANTE enviar os dados variáveis. A CONTRATADA poderá precisar criar tabelas auxiliares para atender os critérios de ordenação.

**4.3** O arquivo para impressão será catalogado por logradouro e separado em lotes, que serão enviados em formato digital para a empresa vencedora do certame. A empresa vencedora deverá entrega os impressos em lotes de acordo com o arquivo recebido, no prazo de entrega constante da tabela supra.

**4.4** As remessas poderão ser mensais de acordo com a necessidade da Prefeitura de Lauro de Freitas, todavia o item referente a impressão dos carnês de IPTU e os boletos poderão ser solicitados de forma parcial ou de uma única vez, a critério da CONTRATANTE e os itens referentes a impressão de notificações e DAM's proporcionais deverão ser solicitados de forma semanal.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

**5.1.** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo objeto do presente contrato, o valor GLOBAL, de R$_ (),conforme apresentado na Proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pela CONTRATANTE, sendo o valor no importe deR$_().

**PARAGRAFO PRIMEIRO:** Estão inclusos no valor previsto nesta Cláusula, todos os tributos, contribuições e encargos trabalhistas incidentes sobre o objeto deste Contrato, de acordo com a legislação em vigor, bem como todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As despesas decorrentes ao objeto da presente licitação estarão incluídas nos preços propostos, sendo de inteira responsabilidade da contratada.

**CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** As despesas decorrentes da execução deste Contrato será no presente exercício com recursos orçamentários das contratantes assim classificados: 00- Tesouro.

**CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO**

**7.1.** O pagamento será efetuado mensalmente por Nota de Empenho, de acordo com as quantidades fornecidas e devidamente atestadas, emissão de Nota Fiscal e apresentação da prova de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, prova de Regularidade relativa à Seguridade (INSS), na forma exigida pela Constituição Federal, art 195, §3º e Prova de Regularidade relativa ao FGTS emitida pela CEF, bem como apresentar prova de inexistência de débitos, inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa

**7.2.** O pagamento será efetuado em moeda nacional corrente, por meio de ordem bancária, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contado a partir da emissão de nota fiscal ou boleto bancário;

**7.3.** A nota fiscal / boleto bancário deve estar preenchido com a descrição detalhada dos itens do objeto, o número da nota de empenho e os dados bancários da contratada;

**7.4.** Junto com a nota fiscal / boleto bancário, deverá apresentar a comprovação de regularidade junto ao Sistema de Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada e da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.

**7.5.** No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a PMLF por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes;

**7.6.** Serão efetuadas as retenções na Fonte dos impostos, conforme Legislação vigente;

**7.7.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

**7.8.** Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da Contratada, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

**CLÁUSULA OITAVA – TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO**

**8.1.** A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder o presente Contrato, sob pena de rescisão do ajuste.

**CLÁUSULA NONA – DEVERES DO CONTRATADO**

**9.1.** Efetuar a prestação do serviço licitado conforme especificação e em consonância com a proposta de preços;

**9.2.** Manter, durante o contrato toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.3**. A empresa contratada deverá observar impreterivelmente os prazos de execução dos serviços;

Assegurar à CONTRATANTE o direito de fiscaliza, sustar, recusar e mandar refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, sem ônus para a CONTRATANTE, ficando certo que em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades;

**9.4**. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do contrato, bem como responder por todas as demais despesas inerentes aos serviços contratados;

**9.5.** Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

**9.6.** Arcar om eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

**9.7.** Não subcontratar, em nenhuma hipótese, o objeto contido neste edital;

**9.8.** Efetuar a entrega em lotes, consoante solicitação da CONTRATANTE;

**9.9.** Entregar o material no Banco de Serviços órgão pertencente à Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Lauro de Freitas ou em local indicado pela CONTRATANTE;

**9.10.** Tratar como confidenciais, todas as informações obtidas durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob hipótese nenhuma, torná-los públicos, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

**CLÁUSULA DECIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1.** São obrigações da Contratante, além das previstas legalmente:

**10.2**.prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela a empresa Contratada;

**10.3.**acompanhar e aprovar, antes da impressão do material, os moldes dos itens solicitados

**10.4.** repassar, através de endereço eletrônico, indicado pela Contratada, solicitações e orientações, concernentes aos carnes objeto da licitação;

**10.5.** Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o estabelecido no Contrato.

**CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – **DAS PENALIDADES**

**11.1** O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas neste termo de referência para execução dos serviços sujeitará ao contratado às sanções previstas na Lei nº 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

**11.2.** O atraso injustificado na execução do serviço sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório.

**11.2.1** A aplicação da multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei 8666/93.

**11.2.2** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

**11.2.3.** Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**11.3.** Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

**I -** Advertência;

**II -** Multa, na forma prevista no instrumento convocatório;

**III -** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

**IV -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos

determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**V-** Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**VI-** As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**VII-** A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**11.4.** As sanções previstas nos incisos III e IV do item anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei 8666/93:

**I -** Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**II -** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**III -** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**11.4.1.** As penalidades estabelecidas nos art. 86 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 não excluem qualquer outra prevista neste contrato, nem a responsabilidade do fornecedor registrado por perdas e danos que causar ao órgão gerenciador ou a terceiros, em consequência do inadimplemento das condições pactuadas.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DO REAJUSTE**

**12.1.** A critério da Contratante, em havendo prorrogação, os preços sofrerão reajuste anual, calculado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, contado a partir da data do início do contrato, ou conforme acordo entre as partes.

**CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ADITAMENTO**

**13.1.** O presente Contrato poderá ser alterado ou prorrogado mediante a celebração de termo aditivo, desde que presente alguma das hipóteses previstas nos Arts. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

**CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – RECISÃO CONTRATUAL**

**14.1.** A inadimplência parcial ou total, por parte da CONTRATADA, das cláusulas e condições estabelecidas no presente CONTRATO,assegurará à CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação,através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério da CONTRATANTE declarar rescindido o presente CONTRATO nos termos desta cláusula e/ou aplicar as multas previstas neste termo contratual e as demais penalidades previstas na Lei Nº 8.666/93.

**14.2.** O presente CONTRATO poderá, ainda, ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no Artigo 78 da Lei Nº8.666/93.

**14.3.** No caso de rescisão por razões de interesse público,a CONTRATANTE enviará à CONTRATADA aviso prévio, com antecedência de 30 (trinta) dias.

**14.4.** A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos Incisos IX, X e XVII do Artigo 78 da Lei Nº8.666/93.

**14.5.** Em qualquer caso de rescisão será observado o parágrafo único do Artigo 78 da Lei Nº8.666/93.

**14.6.** A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei Nº8.666/93.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O Contrato será rescindido de pleno direito independentemente de interposição judicial ou extrajudicial para apuração de responsabilidade civil, administrativa e criminal quando acontratada:

**a)** Recusar-se a prestar os serviços de acordo com as especificações estabelecidas noContrato.

**b)** Falir oudissolver-se.

**c)** Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desteContrato.

**CLAUSULA DÉCIMA QUINTA– FISCALIZAÇÃO**

**15.1.** A CONTRATANTE fiscalizará como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse o exato e fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente CONTRATO.

**15.2** Fornecer o objeto deste termo de referência, atendendo plena e satisfatoriamente ao especificado no mesmo.

**15.3.** Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes do fornecimento do serviço seja por ação ou omissão de seus empregados.

**15.4.** Ao final de cada mês, será apurado o montante de impressões e/ou envelopamentos que servirá para faturamento do valor dos serviços prestados.

**15.5.** O gerenciamento do contrato será feito pelo servidor Igor Nilo de Santana – Matricula: 66609.

**15.6.** A fiscalização do contrato será feita pelo servidor Edison Francisco Rocha Junior- Matricula: 049109-0

**CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

**16.1.** Fica eleito o foro da Comarca de Lauro de Freitas/ Bahia, para dirimir quaisquer dúvidas deste Contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente Contrato em 04 (quatro) vias, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas.

MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS

EMPRESA

SECRETARIA MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

| | |
|---|---|
| NOME: | NOME: |
| CPF: | CPF: |

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO**

**DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O FORNECIMENTO DO OBJETO**

***(Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado da licitante)***

**(nome da empresa)_____, inscrito no CNPJ Nº_____, por intermédio de seu representante legal, o (a)Sr(a)____, portador (a) da Carteira** de Identidade Nº _____e do CPF Nº_____, DECLARAMOS que temos ciência das condições necessárias para o fornecimento do objeto nos termos dos Anexo I (Termo de Referência) e **NOS COMPROMETEMOS** a prestar fielmente os serviços com a qualidade necessária, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº xxx/2023.

_____/_____ de 2023.

_____

**(REPRESENTANTE LEGAL)**

**Anexo VIII – Modelo Apresentação de Impugnação ou recurso**

PREFEITURA MUNICIPAL DE
LAURO DE FREITAS

Nome/Razão Social

Endereço

Insc. no Cadastro Físico Social

Insc. no Cadastro Econômico Social

**Senhor (a) Prefeito (a):**

Requer:

Telefone p/ contato:

Nestes Termos Pede Deferimento _____, de _____ de _____

**Assinatura:**